

Introdução à Educação Financeira



- ✓ **Educação Financeira: conscientização**
- ✓ **Educadores financeiros: conceitos a dominar**
- ✓ **Aspectos existenciais da Educação Financeira e muito mais!**

“

*Educação nunca foi despesa.
Sempre foi investimento,
com retorno garantido.*

Sir Arthur Lewis

”



Educação Financeira: conscientização obrigatória

É certo que a relação com dinheiro e consumo serão exercitadas diariamente, durante toda a existência de qualquer indivíduo socialmente incluído. No entanto, a Educação Financeira é uma das principais lacunas na formação do brasileiro, fazendo com que as decisões inerentes à essa relação impactem em situações negativas em alguns momentos ou até mesmo em grande parte de sua vida.

Escolher conscientemente não se trata de estar “certo ou errado”, mas no impacto que esta escolha representa na vida e no orçamento da pessoa considerando seu contexto, seus sonhos e objetivos. Além da gestão de risco e manejo do orçamento, estão questões básicas do que ela deseja, quais são os princípios que regem suas decisões e quais resultados pode ter com elas, tanto para si quanto para o ambiente que a cerca.

Quando uma intervenção educativa faz esse indivíduo entrar em contato com seus valores e desejos, ela promove, por si só, uma conscientização de quem ele é e quais são as responsabilidades sobre suas escolhas.

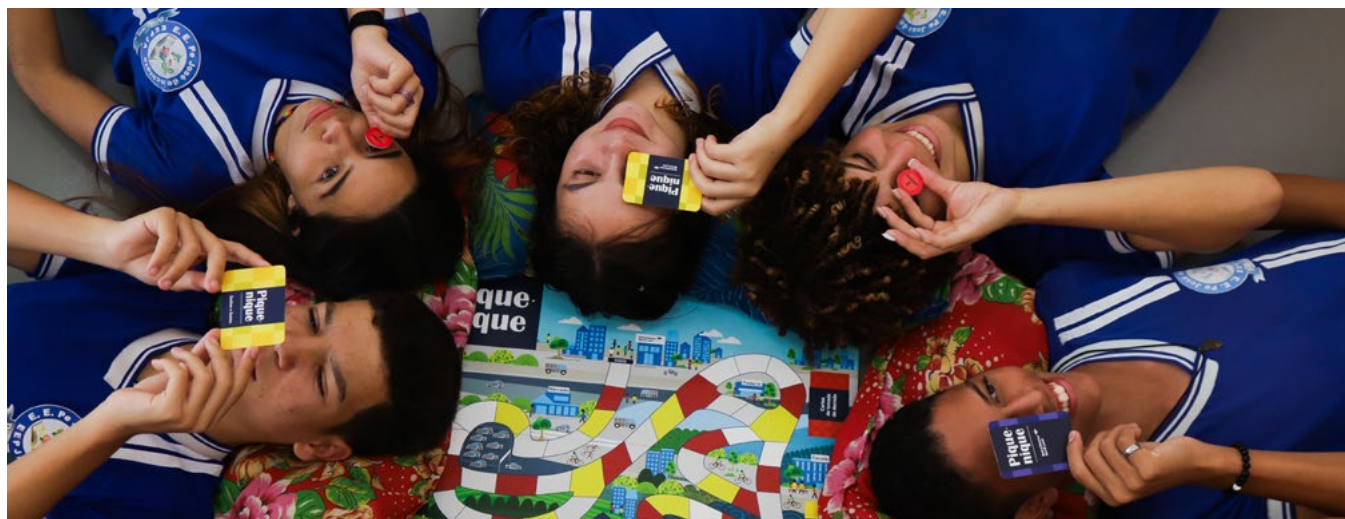
Esse indivíduo, com clareza do que o move e almeja, instruído e munido de informações, pode ir para um aconselhamento com um especialista de forma a ter discernimento do que se adapta melhor à sua realidade, ao seu perfil e objetivo.

As ideias de garantir renda, economizar, poupar e investir, para esse indivíduo que se forma, passam a ser aliadas na busca de seus objetivos e não mais uma obrigação ou um sacrifício. O dinheiro que guarda passa a ser um investimento real, tendo significado e motivação inerentes ao motivo dele existir, além da possibilidade de saber discernir sobre o produto financeiro que melhor se encaixa e auxilia nisso.

Por exemplo: esse indivíduo pode ter um investimento voltado a um curso que quer fazer no ano que vem, a uma viagem de intercâmbio, ao sonho da casa própria, a aposentadoria e a uma reserva financeira.

O desejo por cada um deles é a arma para uma vida equilibrada de consumo, onde *guardar dinheiro* se torna investir na realização, uma escolha que o coloca cada dia mais perto de seus sonhos. A reserva de emergência e a aposentadoria passam a ter um sentido motivador de garantir sua tranquilidade para viver essa vida que escolheu.

Ao entender isso e o funcionamento dos investimentos, ele passa não apenas a entender a consequência das suas escolhas, mas de que maneira ele é afetado pela economia, bem como ele a afeta. Sendo assim, estamos desenvolvendo sua autonomia e despertando sua responsabilidade sobre seus atos e seu papel no mundo.



A OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico definiu três pilares importantes para a definição do conceito de alfabetização financeira, que são: comportamento financeiro, conhecimento financeiro e atitude financeira.

O comportamento financeiro está interligado aos comportamentos pessoais que os indivíduos adotam. De acordo com Mundy (2011), devem estar pontuados em cinco princípios:

- I. Honrar as despesas;
- II. Ter as finanças sob controle;
- III. Planejar o futuro;
- IV. Fazer escolhas assertivas de produtos financeiros;
- V. Manter as questões financeiras atualizadas.

O conhecimento financeiro é algo típico do capital humano. Se constitui ao longo da vida e se consolida com a aprendizagem de questões que afetam a capacidade de gerir receitas, despesas e poupança de forma eficiente.

As atitudes financeiras são fundamentadas por meio de valores e princípios, podendo ser econômicas ou não econômicas, efetuadas por um tomador de decisão sobre o resultado de um determinado comportamento. Como destaca Financie (2017), as atitudes financeiras representam um envolvimento com a emoção e a opinião, podendo ser este envolvimento instantâneo ou crescer em uma posição que influenciará o comportamento de alguém a longo prazo.

Adicionalmente, Potrich, Vieira & Kirch (2015) conceituaram como conhecimento financeiro o entendimento do bom uso de recursos financeiros e boas práticas com o dinheiro; e colocar em prática esses conhecimentos, entendendo sua importância, caracteriza o comportamento e a atitude financeira.

Importante entender que a alfabetização financeira vai além da ideia básica de Educação Financeira. O foco principal da Educação Financeira é o conhecimento, enquanto a alfabetização financeira envolve, além do conhecimento, o comportamento e a atitude financeira dos indivíduos.

Ao longo deste curso de formação do Instituto Brasil Solidário, vamos trabalhar diversos temas relacionados à Educação Financeira em ambientes familiar e escolar, focando na Educação Financeira na escola com a utilização de jogos.



Afinal, o que é Educação Financeira?

Quando pensamos em Educação Financeira imaginamos uma série de aprendizados que farão com que o indivíduo saiba guardar e ter dinheiro para gastar sempre que quiser, mas, na verdade, o conceito é muito mais amplo!

De forma objetiva, Tim Kaiser e Lukas Menkhoff, em seu artigo intitulado *Does Financial Education Impact Financial Behavior? If so, When?* (A Educação Financeira impacta o comportamento financeiro? Se sim, em que momento?), definem que "Educação Financeira é a transmissão de conhecimentos financeiros."

Já segundo a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005), Educação Financeira é:

“o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades mais responsáveis e comprometidos com o futuro.”

Ao compreender os indicativos necessários para uma vida financeira saudável até a longevidade, entendemos que os benefícios de uma boa Educação Financeira são produzidos em um horizonte de tempo de médio e longo prazo.

A Educação Financeira, segundo a OCDE, está baseada em três pilares:

- ✓ **Informação**, ou seja, o conjunto de dados que nos trazem conhecimento necessário para fazer boas escolhas;
- ✓ **Formação**, a capacitação necessária para o desenvolvimento de habilidades e competências para o entendimento de termos e conceitos fundamentais;
- ✓ **Orientação**, o aconselhamento sobre os produtos financeiros existentes e melhores opções para cada caso.



Educadores em Tianguá (CE) promovem Feira de Educação Financeira usando moeda fictícia.

A Educação Financeira parte do princípio de que precisamos ter condições de realizar escolhas conscientes e otimizar os recursos para que possamos atingir nossas metas durante o percurso de toda a nossa vida, tendo objetivos claros e agindo de acordo com o que queremos para nossa vida financeira.

Podemos entender então que a Educação Financeira deve resultar em um conjunto de comportamentos e atitudes que visam não só a saúde da vida financeira pessoal, mas também o bem coletivo como um todo, seja em nossos lares, na sociedade, no ambiente, etc.

É importante ressaltarmos que o processo macro de Educação Financeira, no que se refere às abordagens, pode ser dividido em Iniciação, Orientação e Formação financeiras.



A importância da Educação Financeira

Mesmo quem nunca passou por alguma dificuldade por causa de dinheiro conhece pelo menos uma pessoa que teve ou tem problemas ao lidar com suas finanças. Mas quando falamos que a Educação Financeira é um problema no Brasil, não é apenas com base na observação de pessoas conhecidas. Há números que corroboram essa impressão.

Por exemplo: segundo dados de um estudo realizado em todas as capitais brasileiras pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), 45% dos brasileiros admitem que não fazem um controle efetivo do próprio orçamento. Na mesma pesquisa, 31% dos entrevistados relatam insegurança para geren-

ciar o próprio dinheiro, e 59% revelaram ter dificuldades na tarefa - causada principalmente pela falta de disciplina.

Outro estudo, desenvolvido pelo Banco Central (BC) em parceria com Serasa Experian e Ibope, vai na mesma linha. Nele, 56% dos entrevistados assumiram que não fazem orçamento doméstico ou familiar, e 69% disseram não ter poupado nada da renda recebida nos últimos 12 meses.

Ainda não está convencido? Em levantamento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), num ranking, divulgado em outubro de 2016, avaliando os conhecimentos e comportamentos da população dos países sobre Educação Financeira, o Brasil ficou em 27º lugar entre 30 países.



Conceitos financeiros são mais facilmente transmitidos através de atividades lúdicas e da gamificação.

Foto: Adelinho Junior



Obviamente esse comportamento individual reflete negativamente na estabilidade financeira das famílias, o que é comprovado na *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)*, realizada periodicamente pela *Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC*. Segundo essa pesquisa, o percentual de famílias com dívidas alcançou 78,8% em junho de 2024, o que representa uma estabilidade em relação aos 78,8% de maio de 2024. Mas o dado que mais chama a atenção nesta pesquisa é a expectativa de pagamento das dívidas: 12% dessas famílias declararam que não terão condições de pagá-las.

Segundo dados do *Pisa 2022*, 45% dos jovens brasileiros de 15 anos possuem conhecimentos em Educação Financeira abaixo do esperado, o que nos mostra um cenário preocupante (quase a metade dos jovens nessa situação), mas também nos indica um caminho de melhora, mesmo que ainda pequena: os dados de 2015 para esse campo eram de 53% dos jovens de 15 anos nessa situação, porém ainda abaixo do esperado.

Portanto, os benefícios da Educação Financeira não ocorrem apenas para o indivíduo que se conscientiza, mas também para a sociedade como um todo. Se o público consumidor aprende a controlar melhor suas finanças, o índice de inadimplência diminui. Com maior segurança, os empresários podem comercializar seus produtos em condições mais favoráveis.

A Educação Financeira também permite que as pessoas explorem novas possibilidades, como

por exemplo, em vez de gastar todo o dinheiro com roupas, aplicar seu dinheiro também em viagens, esportes, cursos de idiomas etc., o que contribui para uma economia mais diversificada. Essas pessoas deverão ter melhores condições para investir em capacitação pessoal, tornando-se profissionais melhores, contribuindo para a qualificação da mão de obra no país.

No caso de um empreendedor, os benefícios da Educação Financeira são ainda mais evidentes: com suas finanças e a gestão empresarial organizadas, é possível expandir seu negócio, o que resulta em mais empregos e maior arrecadação para o poder público.

Além disso, também é esperado que quem se educa em relação às suas finanças tenha a tendência de compartilhar o conhecimento adquirido, importante especialmente no ambiente familiar, onde a consciência financeira é essencial para a harmonia do lar.



Alunos do SENAI participam de treinamento com os Jogos de Educação Financeira em Irecê (BA).

Movimentos de incentivo à Educação Financeira no Brasil

Durante muito tempo, a Educação Financeira em nosso país se restringiu aos ensinamentos puramente matemáticos, previstos nos currículos pedagógicos escolares.

No entanto, principalmente nas últimas duas décadas (a partir do ano 2000), temos notado um movimento voltado à promoção da Educação Financeira no Brasil. Instituições das áreas governamental, financeira, educacional e até

mesmo corporativa têm apresentado ações interessantes em favor da conscientização financeira do público com o qual se relacionam. Seja por questões sociais ou comerciais, o fato é que essas ações, com o devido teor pedagógico, são sempre positivas e bem-vindas, principalmente quando são oferecidas por entidades de peso, como o *Banco Central do Brasil* e a *Receita Federal*, por exemplo.

O engajamento de entidades de peso nessa causa, como o *Governo Federal* e o *Banco Central do Brasil*, por exemplo, possibilita que o Brasil seja um dos poucos países do mundo a possuir uma **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**, criada para promover ações de Educação Financeira gratuitas e sem qualquer interesse comercial. A ENEF brasileira é resultado de uma articulação entre 11 instituições do governo e da sociedade civil e, por este diferencial, valoriza ações que integrem a iniciativa privada, a sociedade civil e o poder público.

Os avanços promovidos pela ENEF refletiram em outra grande vitória no que se refere à Educação Financeira infantojuvenil, que foi a decisão to-

mada pelo *Conselho Nacional de Educação (CNE)* de introduzir a Educação Financeira nas escolas brasileiras, conforme as diretrizes da *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, orientando para que o assunto, que antes era associado apenas à Matemática, seja tratado como um dos *Temas Contemporâneos Transversais* em todas as etapas da Educação Básica, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, devendo ser abordado em diferentes componentes ou em projetos que visem trabalhar habilidades socioemocionais e reforcem a conexão entre o ensino e a realidade das crianças.

Trataremos melhor da relação Educação Financeira e BNCC, mais a frente, neste curso.

Educação Financeira e o IBS: o começo de uma história

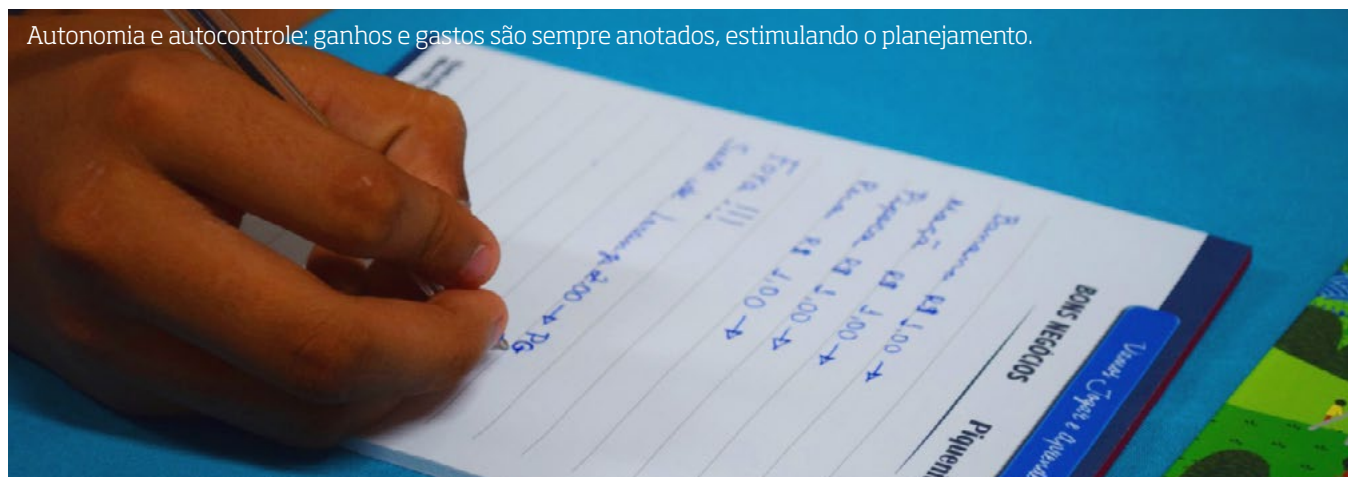
Em 2017, o Instituto Brasil Solidário foi o responsável, junto ao *Bank of America* e em parceria com a *United Way Brasil*, pela coordenação e realização de um projeto piloto de Educação Financeira no estado do Ceará, executado nos municípios de Beberibe, Cascavel e Pindoretama. Tal projeto se baseava na oferta de dois diferentes jogos: **Piquenique**, um jogo de tabuleiro que traz o conceito do poupar e a reflexão sobre decisões de consumo, e **Bons Negócios**, um jogo de cartas que instiga a negociação e exercita as habilidades de empreender e investir.

Ambos os jogos foram destinados às turmas do ensino fundamental anos iniciais e finais, de escolas públicas, com o apoio de profissionais da área de ensino e especialistas em técnicas de jogos.

Com o objetivo de analisar resultados para uma possível aplicação futura dos jogos em escala nacional e até internacional, ainda em 2017 foi efetuada uma avaliação externa, realizada pela *Move Social*, que apontou os seguintes resultados:

- Aumento de competências: capacidade de calcular riscos e oportunidades;
- Autonomia e autocontrole: ganhos e gastos;
- Conceitos instituídos: poupar e investir;
- 77% das escolas que receberam os jogos melhoraram indicadores em conhecimentos de Educação Financeira;
- Alinhamento interdisciplinar e transversal com a *Base Nacional Comum Curricular* e a *Estratégia Nacional de Educação Financeira*.

Autonomia e autocontrole: ganhos e gastos são sempre anotados, estimulando o planejamento.



Após consolidados os resultados do projeto piloto, em 2019 foi implementado um plano de expansão, com o objetivo de seguir com a mesma qualidade no desenvolvimento e monitoramento das atividades e consolidar os jogos como uma prática pedagógica dentro do sistema de ensino. Em 2024, a expansão chegou a 439 municípios brasileiros, 5567 escolas, 94086 docentes e 1528576 alunos. Ultrapassou, ainda, as fronteiras do Brasil e chegou a outros países como Argentina, Chile,

Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Panamá, Peru e Uruguai, com a versão em espanhol dos jogos e planos de alcançar todos os países da América Latina.

Com esse crescimento exponencial e sentindo a necessidade de ampliar ainda mais as possibilidades de estudos e temas, neste mesmo ano o IBS lançou os jogos da família **PICS**, cujo objetivo é sempre tratar sobre dívidas e controle de gastos, sejam eles financeiros ou ambientais.

Educadores financeiros: quem são e quais conceitos precisam dominar?

A princípio, considerando que dois dos principais elementos do processo educacional são a orientação e o exemplo, todo e qualquer adulto devidamente adequado aos conceitos culturais e sociais, deveria exercer o papel de educador para todo e qualquer indivíduo mais jovem, havendo ou não, grau de parentesco. No entanto, no contexto social no qual vivemos, costuma-se responsabilizar apenas os parentes próximos e os profissionais das áreas da educação pela formação de um indivíduo.

Tratando-se exclusivamente dos componentes relacionados à Educação Financeira, entendemos que a atuação desses dois grupos de educadores, familiares e profissionais, deve ser realizada de forma paralela e complementar, podendo ser destacadas como principais funções de cada um, as seguintes:

- **Familiares:** demonstrar e ressaltar na prática diária, atitudes financeiras positivas no que se refere ao relacionamento e ao manuseio do dinheiro, assim como no planejamento e na decisão de destinação desse;
- **Profissionais da Educação:** despertar questionamentos pessoais e sociais sobre a relação indivíduo e dinheiro, além de prepará-los tecnicamente para tomada de decisões e resolução de problemas financeiros que certamente se apresentarão durante toda a sua existência.

Assim, essas pessoas acabam sendo os responsáveis pelo que Kaiser e Menkhoff chamam de **Letramento Financeiro** dos indivíduos, definido por eles como “o conhecimento financeiro que um indivíduo possui”.

Para a aplicação de projetos de Educação Financeira em ambiente escolar, conforme previsto pela **ENEF**, existem algumas variáveis financeiras a serem trabalhadas junto aos alunos e, portanto, precisam ser conhecidas da melhor forma possível pelos educadores.

A primeira variável é a moeda, começando pela sua origem, sua história, passando pelo surgimento do escambo e o aparecimento do dinheiro como algo de valor aceito por todos. Além disso, sua evolução com a utilização dos metais preciosos, o aparecimento das moedas metálicas e das casas de custódia, que podem ser entendidas como embriões dos bancos, bem como do surgimento do papel-moeda.

A compreensão das formas encontradas pelo ser humano para organizar o seu sistema de trocas e permitir a circulação da moeda fundamenta o entendimento sobre a criação e as funções dos bancos, abordando seu papel na circulação e na multiplicação do dinheiro, a moeda bancária e as alternativas de pagamento, incluindo as eletrônicas, como o cartão de crédito, débito, Documento de Crédito (DOC), Transferência Eletrônica Disponível (TED), Pix, entre outras. Da mesma forma, a importância do estudo do câmbio como suporte das relações de comércio exterior.

Para se compreender como o valor da moeda se altera e provoca impactos significativos na vida cotidiana, é preciso estudar o conceito e a origem da inflação, assim como os seus mecanismos de controle.

No que se refere à educação fiscal, se faz necessário o estudo da origem histórica dos tributos, acrescido da relação com a sua finalidade, que é de satisfazer as necessidades públicas, contribuindo para a compreensão de como funciona esse importante sistema da sociedade.

O recolhimento para o *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)*, efetuado pelos empregadores, e o recolhimento da *Contribuição Social (INSS)*, efetuado pelos trabalhadores e empregadores, também são merecedores de destaque nesse ponto, pois referendam recolhimentos feitos a órgãos públicos que geram benefícios diretos aos

trabalhadores, como o direito à aposentadoria e à assistência médica pelo *Sistema Único de Saúde (SUS)*, além da possibilidade de auxílio na aquisição ou construção da casa própria.

Outra variável importante a ser estudada é o crescimento econômico, em geral associado a mudanças na disponibilidade de emprego formal e informal, o que, por sua vez, modifica a renda do indivíduo que serviu de ponto de partida para a elaboração do orçamento.

Logicamente, há de se destacar a existência de cursos de especialização voltados às áreas de gestão financeira pessoal e empresarial, assim como da psicologia econômica, que certamente podem contribuir para que pessoas de qualquer um desses grupos possam ser melhor caracterizadas como educadores e até mesmo como consultores financeiros.



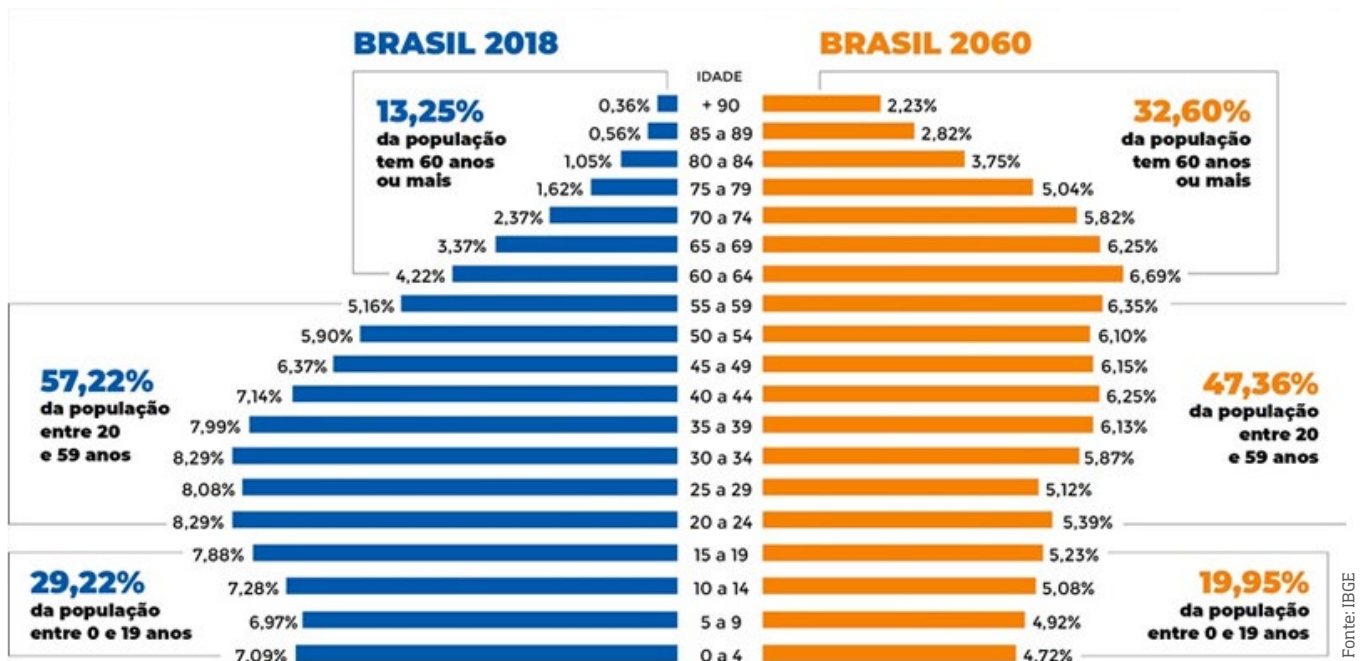
Aspectos existenciais: princípios, valores, prioridades e objetivos

Uma das questões mais críticas para o equilíbrio financeiro pessoal, principalmente nos mais jovens, é o que chamamos de “imediatismo”, ou seja, tendência a agir em função do que oferece vantagem imediata, sem considerar as consequências futuras. Por essa tendência, tudo precisa acontecer agora e “eu” preciso ser o primeiro.

Sendo assim, pensar, refletir, antes de decidir,

se me custará tempo, tempo esse que não estou disposto a perder e, portanto, na maioria das vezes decido por impulso.

Restringindo-nos somente ao teor de nosso curso, num sentido orientador, a Educação Financeira deve demonstrar e conscientizar os indivíduos de que o imediatismo provavelmente impactará negativamente em nossos momentos futuros, tanto a curto quanto a longo prazo.



Projeção de Envelhecimento Populacional no Brasil. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta uma projeção que aponta para o envelhecimento gradativo da população. Conforme mostra o gráfico acima, os jovens de hoje, seguindo as expectativas naturais, deverão viver mais tempo. Mas, com que segurança e qualidade existenciais?

Fica claro, então, que a sustentabilidade é um dos alicerces que estruturam o processo educacional. No que tange o aspecto financeiro, durante toda a nossa vida haverá prioridades existenciais para as quais será fundamental a disponibilidade financeira.

O processo de iniciação à Educação Financeira deve apontar as prioridades existenciais básicas de qualquer ser humano, tais como saúde, alimentação, higiene, moradia, vestuário, etc. e o impacto negativo que a falta de disponibilidade financeira pode causar a qualquer pessoa, em momentos de necessidade. Nesse processo, devem-se trabalhar as devidas noções de valor e prioridades básicas, a fim de que os formandos possam adquirir condições para uma análise crítica de qualidade nos momentos de tomada de decisão. Além disso, faz-se necessário alertar sobre outras necessidades não primordiais,

mas de grande importância durante nossa vida, como a educação e o lazer, por exemplo, que também exigirão empenho financeiro.

É preciso obter o entendimento de que todos os planos e decisões financeiras devem, obrigatoriamente, respeitar e garantir as prioridades existenciais, considerando as possibilidades de curto, médio e longo prazo.

Importante salientar que em, nossa realidade social, a principal fonte de renda pessoal provém do trabalho remunerado e que, com o passar dos anos, a quantidade de oportunidades, bem como nossa capacidade produtiva, passa a ser cada vez menor. Sendo assim, desperdiçar, não poupar e depender somente de oportunidades remuneradas para se manter, não é a melhor linha existencial a ser seguida.

Segundo o IBGE, com base em resultados das análises em 2022, a expectativa média de vida dos brasileiros é estimada em 75,5 anos. Para as mulheres, espera-se maior longevidade: 79,0 anos. Já a expectativa de vida ao nascer para os homens ficou em 72,0 anos. Essa expectativa de vida voltou a subir após a pandemia, visto que, em 2020, era de 74,8 anos e em 2021 ficou em 72,8 anos. Confira no próximo gráfico.



Objetivos financeiros existenciais: seguridade, estabilidade, autossustentabilidade e riqueza

Vimos, nos tópicos anteriores, que o indivíduo brasileiro tem uma expectativa de vida de aproximadamente oito décadas e que durante esse período se apresentam uma série de necessidades existenciais que refletem em exigências financeiras.

Logicamente, também sabemos que as exigências e obrigações financeiras da grande maioria dos indivíduos, senão de todos, não se limita apenas às necessidades existenciais. Muito pelo contrário, a maior parte dos gastos está voltada para itens secundários ou até mesmo desnecessários, assunto que trataremos mais a frente.

Por ora, considerando que o indivíduo já tivesse a consciência financeira de evitar gastos desnecessários, quais deveriam ser seus objetivos financeiros existenciais básicos?

1) Seguridade financeira: considerando que a sobrevivência de qualquer indivíduo envolve empenhos financeiros, para que ele não seja completa ou parcialmente dependente de terceiros durante a sua existência, é preciso que haja orientação, com o máximo de antecedência possível, sobre a necessidade de conquistar, garantir e até mesmo ampliar sua renda, durante toda a sua história. Afinal, a base de nossas decisões financeiras deve sempre ser a renda garantida que temos.

2) Estabilidade financeira: segundo o *Banco Central do Brasil*, "estabilidade financeira é definida como a manutenção, ao longo do tempo e em qualquer cenário econômico, do regular funcionamento do sistema de intermediação financeira entre famílias, empresas e governo", ou seja, o termo estabilidade tem, aqui, o significado de uma constância, próxima a um ponto de equilíbrio, evitando situações de insegurança financeira, como altos endividamentos por obrigatoriedade.

Sendo assim, apontamos como o segundo objetivo financeiro existencial a equalização entre a renda e os gastos do indivíduo e de sua família.

É importante ter o entendimento de que o balizador desse equilíbrio deve sempre ser uma proporção da renda. Explicando: o que esperamos na busca e manutenção da estabilidade financeira é, basicamente, que o indivíduo nunca gaste mais do que já tenha recebido, só que se esse equilíbrio for exato, ou seja, se ele sempre gastar integralmente (exatamente) a quantia de sua renda, nunca sobrá para que possa acumular reservas, sendo assim, o correto é que o ponto de equilíbrio seja abaixo do total de sua renda, permitindo que a sobra possa ser utilizada para compor suas reservas.

3) Autossustentabilidade financeira: através das conscientizações anteriores, entendemos que o indivíduo se empenhará em assegurar fonte(s) de renda, se organizará e se disciplinará para um histórico financeiro estável, com pelo menos alguma reserva emergencial, devendo atingir um patamar de tranquilidade financeira.



Professores recebem formação com conceitos de Educação Financeira para poder aplicar os jogos em classe.

No entanto, apesar desse cenário até aqui ser financeiramente confortável, neste ponto, a probabilidade de suas rendas dependerem obrigatoriamente de sua atuação, através do trabalho remunerado, por exemplo, é gigante. Dessa forma, essa situação financeira confortável, além de estar baseada em sua disponibilidade pessoal (que pode ser interrompida a qualquer momento, por diversas causas), limita o que chamamos de liberdade existencial, visto não ser tão simples para o indivíduo escolher como, onde, com o quê ou com quem utilizar seu tempo, da forma que queira, já que seus compromissos profissionais e/ou contratuais o impedem disso.

Nesse sentido, o próximo objetivo a ser buscado é a identificação de formas de suas reservas financeiras ou patrimoniais gerarem rendas passivas, sem que seja necessária a sua participação em tempo integral, seguindo um princípio de autossustentabilidade.

Uma vez que o indivíduo consiga com que suas reservas e/ou patrimônio gerem uma renda equivalente à quantia necessária para sua subsistência, podemos concluir que ele atingiu a condição de autossustentabilidade financeira e conquistou, também, a referida liberdade existencial, permitindo que possa utilizar seu tempo da forma que melhor lhe convier, até mesmo trabalhando, se isso lhe fizer bem.

4) Riqueza: especificar o que é riqueza não é uma tarefa simples, visto que os parâmetros que usamos para construir nosso conceito de riqueza são subjetivos, pessoais e estão associados às nossas percepções de valor. Alguns, já se consideram ricos se conseguirem atingir a autossustentabilidade financeira, citada anteriormente. Para outros, a riqueza só se caracteriza pela possibilidade da livre e plena ostentação.

De qualquer forma, para o que precisamos tratar nesse curso, utilizaremos a definição apresentada no dicionário *Michaelis Online* (2019, não paginado) de que riqueza é uma situação de “grande abundância e quantidade de dinheiro, de bens materiais”.

Sendo assim, logicamente a situação de riqueza é um objetivo existencial que pode ser buscado. Mas em um contexto educacional, podemos perceber que essa situação representa um acúmulo de dinheiro e posses muito maior do que o necessário para as necessidades existenciais de uma pessoa, gerando oportunidade para diversas reflexões em projetos de Educação Financeira.

“

***Deixar o seu dinheiro
(ou patrimônio)
trabalhar para você.***

Robert Kiyosaki e Sharon
Lechter, em *Pai Rico, Pai
Pobre* (1997)

”

Para finalizar

Neste primeiro fascículo abordamos os conceitos gerais da Educação Financeira, sua importância e, principalmente, como uma conscientização sobre as finanças repercute na vida do indivíduo e de sua família, mantendo uma relação direta com suas escolhas.

É importante que os orientandos entendam que as decisões de agora sempre impactarão positiva ou negativamente em seu futuro, a curto, médio e longo prazo. Quando se é jovem, ou seja, com maior capacidade e

oportunidade produtiva, os impactos negativos parecem não ter tanta importância. No entanto, a repetição e o acúmulo desses impactos, somados ao envelhecimento, repercutirão de forma muito ruim na fase final de sua existência.

Nos próximos fascículos, direcionaremos nossa abordagem para orientações mais voltadas aos contextos pessoal e familiar, apresentando rumos mais seguros para a saúde e tranquilidade financeiras dos indivíduos.



Origem do dinheiro e as primeiras instituições bancárias

“

(...) o dinheiro é uma coisa curiosa. Ele disputa com o amor, a primazia de dar ao homem o maior prazer. E rivaliza com a morte na condição de ser sua maior fonte de ansiedade e angústia. Em toda a história, ele tem oprimido praticamente todas as pessoas de duas maneiras: ou é abundante e muito instável, ou então é estável e muito escasso'. (...) todavia, para muitos, tem havido um terceiro motivo de aflição: para estes, o dinheiro tem sido ao mesmo tempo tão instável quanto escasso'.

John Kenneth Galbraith, em *A Era da Incerteza*

”

Você consegue imaginar um mundo sem cédulas, moedas, caixas eletrônicos – e até sem o acesso aos bancos pela internet? Pois nem sempre tivemos tanta facilidade, tecnologia e segurança ao nosso dispor. Assim, da troca de mercadorias, passando pelo surgimento de unidades monetárias, que tal conferir uma breve história da evolução do sistema financeiro?

Antes da existência da moeda tal como a conhecemos hoje e do sonho da *Moeda nº 1* do Tio Patinhas, os homens trocavam bens que lhes sobravam por aqueles que lhes faltavam praticando, assim, o chamado escambo, a simples troca de mercadoria por mercadoria, sem equivalência de valor.

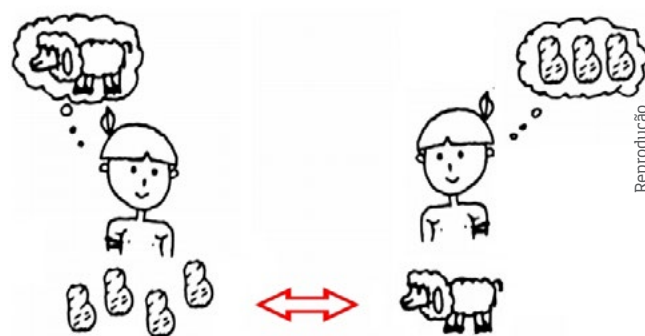
Com o passar do tempo, algumas mercadorias, pela sua utilidade, passaram a ser mais procuradas do que outras e como eram aceitas por todos, assumiram a função de moeda, ou seja, **moeda-mercadoria**.

O gado e o sal são exemplos de moedas-mercadorias bastante utilizadas no início da civilização e deixaram marcas de sua função como instrumento de troca em nosso vocabulário. Até hoje empregamos palavras como “salário”, que tem origem na utilização de sal para o pagamento de serviços prestados no Império Romano; “pecúnia” (dinheiro) e “pecúlio” (dinheiro acumulado) derivadas do latim *pecus* (gado); e “capital” (patrimônio) que vem do latim *capita* (cabeça).



O sonho do Tio Patinhas, “o pato mais rico do mundo”.

As primeiras moedas cunhadas surgiram por volta do século VII a.C., no reino da Lídia, onde hoje fica a Turquia. Por meio da cunhagem manual, as características que se desejava ressaltar na moeda eram transportadas para pequenas placas de metal a golpes de marreta sobre cunhos, peças de ferro inscrites e gravadas em côncavo. Eram utilizados metais nobres como o ouro, a prata e o bronze.



Escambo: a troca de mercadoria por mercadoria.



Reprodução



Reprodução



Reprodução



Reprodução

Da esquerda para a direita: sal, a moeda-mercadoria. Moeda metálica do Império Romano. Cauri ou búzio: concha usada como moeda que circulou na África e em outros continentes. Uma das primeiras moedas de papel.

O acúmulo de moedas criou a necessidade de guardá-las com segurança. Então, os comerciantes da época encontraram uma solução: começaram a depositar suas moedas na casa da pessoa em quem confiavam, o ourives. O ourives recebia as moedas e, em garantia, entregava aos comerciantes **recibos escritos** das quantias guardadas. Esses recibos se tornaram as primeiras moedas de papel (cédulas), representando quantidades de ouro, prata ou bronze.

Além de guardar as moedas, os ourives começaram a emprestá-las a reis, governantes e outras pessoas, em troca de algum favor ou benefício. Dessa maneira, muitos ourives se tornaram os **primeiros banqueiros**, dando origem aos primeiros bancos.

Os primeiros bancos reconhecidos oficialmente surgiram, respectivamente, na Suécia, em 1656; na Inglaterra, em 1694; na França, em 1700; e no Brasil, em 1808. As **primeiras moedas de papel do Brasil** foram emitidas pelo Banco do Brasil, em 1810.

Na atualidade, além do dinheiro vivo, o comércio utiliza outros mecanismos financeiros de intenção de pagamento, como o cartão de crédito/débito e o cheque. O primeiro cartão de crédito foi lançado em 1950, por um banco em Nova York, um cartão só para clientes com “crédito aprovado” efetuarem suas compras, feito de papel. De lá para cá, o cartão de crédito/débito tornou-se o meio mais moderno, seguro e prático para pagamentos.



Reprodução



Reprodução

Acima: papel moeda brasileiro (500 Réis).
À esquerda: cartão de crédito ou débito.

No entanto, a expansão do mercado de crédito (com gastos previamente autorizados mediante uma fatura a ser paga somente no futuro) aumentou o nível de endividamento das pessoas, empresas e governos. Na crise financeira de 2008 nasceu, em um mundo já endividado, o sistema de dinheiro digital sem a necessidade de confiança em uma instituição financeira: a **criptomoeda**, que reúne todas as característi-

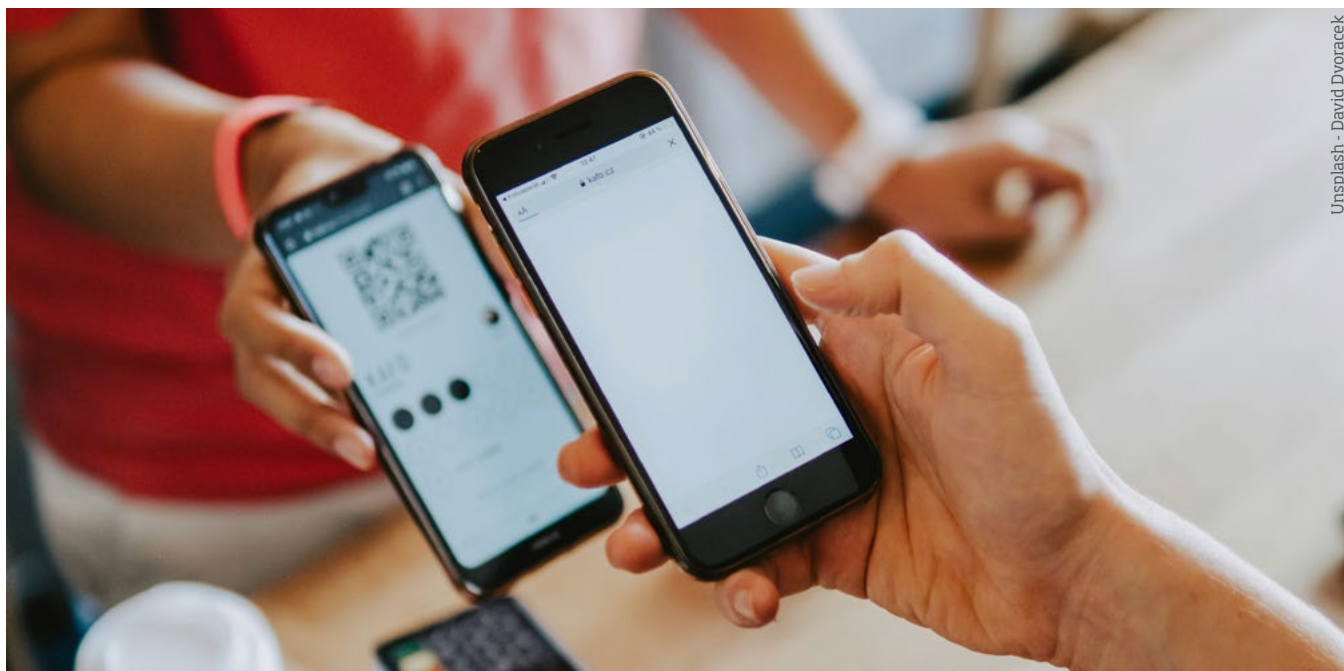
cas que a torna a antítese do sistema financeiro vigente. As criptomoedas são um desafio para a economia. É papel dos economistas estudá-las com afinco, pois representam uma ruptura com um sistema estabelecido há séculos. Diferente das revoluções anteriores, as criptomoedas seguem por um caminho nebuloso ainda e, justamente por isso, a Educação Financeira se faz tão importante nesse momento!



Outro aspecto que denota a evolução constante do sistema financeiro é a nova forma de pagamento que começou a ser inserida nos cadastros das empresas. O chamado **Pix** foi oficialmente lançado em novembro de 2020, prometendo facilitar todo o sistema de pagamentos entre pessoas físicas e empresas.



Bitcoin, um tipo de criptomoeda.



Mas o que é PIX?

Vamos ver o que o Banco Central diz, oficialmente:



Pix é o pagamento instantâneo brasileiro. O meio de pagamento criado pelo *Banco Central (BC)* em que os recursos são transferidos entre contas em poucos segundos, a qualquer hora ou dia. É prático, rápido e seguro. O Pix pode ser realizado a partir de uma conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga.

Além de aumentar a velocidade em que pagamentos ou transferências são feitos e recebidos, o Pix tem o potencial de:

- alavancar a competitividade e a eficiência do mercado;
- baixar o custo, aumentar a segurança e aprimorar a experiência dos clientes;
- incentivar a “eletronização” do mercado de pagamentos de varejo;
- promover a inclusão financeira;
- preencher uma série de lacunas existentes na cesta de instrumentos de pagamento disponíveis atualmente à população.



Sistema financeiro brasileiro: de volta à História

A estruturação do sistema financeiro brasileiro teve início com o surgimento dos primeiros bancos e instituições financeiras do país, a partir da chegada da Família Real, em 1808.

O primeiro banco brasileiro, o **Banco do Brasil**, foi criado em 12 de outubro de 1808, no Rio de Janeiro. Sua criação se deu pela necessidade do governo de obter recursos para arcar com as despesas do país e movimentar a economia, além de assegurar a emissão de moeda para atender as necessidades da Coroa Portuguesa. Ao retornar para Portugal em 1821, Dom João VI levou todas as reservas do banco, que acabou por encerrar suas atividades em 1829.

Outros bancos surgiram no país, dentre eles o *Banco Comercial do Rio de Janeiro*, em 1838, uma iniciativa dos comerciantes mais abastados da cidade, voltada ao fomento econômico.

Entre os anos 1840 e 1889, o sistema bancário brasileiro já contava com várias casas bancárias, a maioria no estado do Rio de Janeiro, onde se dedicavam à coleta de depósitos e concessão de empréstimos, já que não podiam emitir moeda.

Em 1851, o Barão e Visconde de Mauá ressuscitou o *Banco do Brasil*. Mais tarde, em 1853, esse mesmo banco veio a realizar uma fusão com o *Banco Comercial do Rio de Janeiro*, determinada pelo ministro Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí. Esse novo banco tornou-se o único emissor de moeda do país, o que perdurou até 1866, quando perdeu o direito de exclusividade em meio a uma crise inflacionária.

Uma nova fusão ocorreu em 1893: o *Banco do Brasil* uniu-se ao *Banco da República dos Estados Unidos do Brasil*, dando origem ao *Banco da República do Brasil*. Em 1906, esse banco passa a se chamar apenas *Banco do Brasil*.

Em 1945, o governo federal cria a *SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito*, responsável pela supervisão das instituições financeiras e gerenciamento do mercado financeiro.

A reforma bancária, definida pela Lei nº 4595/1964, criou o **Banco Central do Brasil** em substituição à *SUMOC*. Desde então, o Banco Central do Brasil se torna a instituição responsável pelo controle bancário e execução das políticas cambiais e monetárias do país. Além disso, nesse mesmo ano, foi criado o *Conselho Monetário Nacional (CMN)*, cuja principal atribuição é a de criar regras para definir como deve funcionar o sistema financeiro nacional.



Edifício-sede do *Banco do Brasil* em Brasília.

Estrutura do sistema financeiro nacional

"Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram."

Constituição Federal de 1988

O *Sistema Financeiro Nacional (SFN)* diz respeito ao conjunto de organizações financeiras que compõem o mercado financeiro brasileiro e atuam na gestão da política monetária do governo, ele pode ser dividido em três subsistemas: Normativo, Supervisão e Operação.

Subsistema Normativo: possui a responsabilidade de determinar as regras gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Esse subsistema é composto pelas seguintes organizações:

- Conselho Monetário Nacional - CMN;
- Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP;
- Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

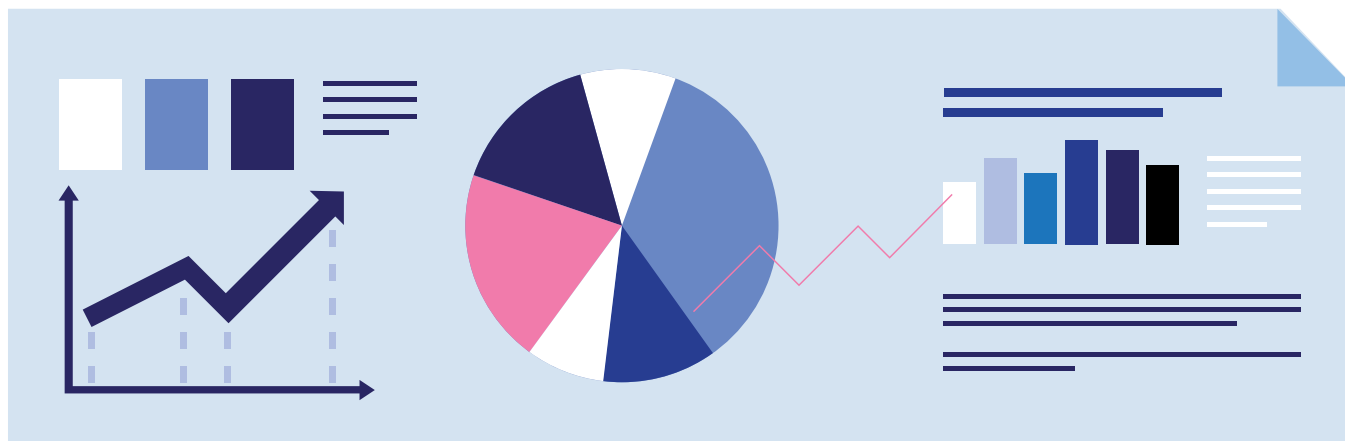
Subsistema de Supervisão: possui a responsabilidade de fiscalizar os cidadãos e as instituições que operam no sistema financeiro, para que sigam as normas existentes. Os seguintes órgãos compõem esse subsistema:

- Banco Central do Brasil - BACEN;
- Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

- Superintendência de Seguros Privados - Susep;
- Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Subsistema de Operação: é composto pelas instituições que atendem diretamente o público, assumindo o papel de intermediário financeiro. São elas:

- Bancos e caixas econômicas;
- Cooperativas de crédito;
- Administradoras de consórcios;
- Bolsa de valores;
- Seguradoras e resseguradores;
- Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão);
- Corretoras e distribuidoras;
- Bolsa de mercadorias e futuros;
- Entidades abertas de previdência;
- Instituições de pagamento;
- Sociedades de capitalização;
- Demais instituições não bancárias.



Banco Central do Brasil

O *Banco Central do Brasil - BACEN* é uma das instituições mais importantes do sistema financeiro brasileiro, encarregado de garantir a estabilidade econômica do país. O *BACEN* é, ainda, o principal executor das orientações do *Conselho Monetário Nacional* e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, além da regulação do sistema financeiro.

A atuação do *BACEN* no sistema financeiro permite estabelecer relações econômicas equilibradas, definindo regras que visam assegurar os direitos dos cidadãos brasileiros e a justa concorrência entre as empresas do setor, que estão sujeitas à autorização de funcionamento e fiscalizações.

Além de controlar a inflação no país, ao regular a quantidade de dinheiro que circula no território e conduzir as políticas monetárias, cambial e de crédito, o *BACEN* ainda deve cumprir uma série de outras obrigações.

Dentre suas atribuições estão:

- Emitir papel-moeda e moeda metálica;
- Executar os serviços do meio circulante;
- Receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias;
- Realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras;
- Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;

- Efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais;
- Estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras;
- Vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais;
- Controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.

O *Banco Central do Brasil* é dirigido por uma diretoria colegiada, composta por nove membros indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal.



Diferença entre taxa de câmbio e taxa de juros



As taxas de câmbio e as taxas de juros são igualmente importantes para determinar o crescimento econômico de um país, a inflação, as dinâmicas de comércio exterior e outros determinantes econômicos. Taxas de câmbio e taxas de juros estão intimamente relacionadas, mas de modo algum representam a mesma coisa. Estes dois conceitos, muito diferentes, serão explicados abaixo, levando em conta a relação entre os dois e sua importância para a estabilidade econômica e a saúde financeira de um país.

Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio é o preço da moeda estrangeira em moeda nacional. Na prática, isso quer dizer que é o “quanto precisamos ter para comprar o dinheiro de um outro país”. A taxa de câmbio pode ser comercial e de turismo:

Câmbio comercial - é a taxa de câmbio que varia de acordo com a compra e/ou venda de moeda utilizada nas operações de importação e exportação e operações financeiras entre empresas e países.

Câmbio turismo - é a taxa de câmbio utilizada nas operações de compra e venda de moeda estrangeira para quem deseja fazer viagens ao exterior, baseada na cotação comercial do dinheiro do país de destino. Muitas vezes a taxa de câmbio turismo é maior do que a taxa de câmbio comercial devido a diversas cobranças adicionais incluídas no valor cambial.

Taxa de Juros

O termo *juro* pode apresentar os seguintes conceitos, de acordo com o dicionário *Michaelis Online*:

1. Taxa percentual incidente sobre um capital investido em período de tempo determinado;

remuneração que uma pessoa recebe pela aplicação de seu capital; interesse, crédito.

2. Rendimento ou soma cobrada pelo credor sobre dinheiro emprestado.

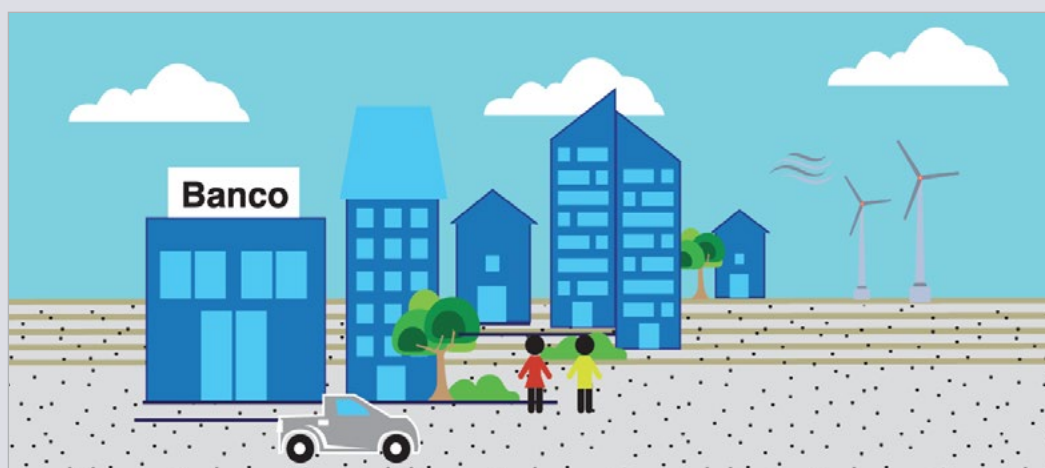
Dessa maneira, o juro também pode ser considerado como o **preço do dinheiro**, ou seja, é a remuneração recebida por quem empresta dinheiro e paga por quem toma dinheiro emprestado. Em outras palavras, é como se fosse o valor cobrado pelo “aluguel” do dinheiro.

A taxa de juro possui relação direta com o tempo e seus impactos são crescentes à medida que este aumenta, tanto para quem investe quanto para quem toma dinheiro emprestado. Os juros dos investimentos são pagos a quem investiu o seu dinheiro por alguém que ficou com esse dinheiro por um certo tempo, no caso, uma pessoa física ou jurídica. Em um empréstimo, os juros correspondem ao valor pago pela antecipação do dinheiro todo. O mesmo acontece quando se faz um financiamento: você não tem o dinheiro para pagar o valor completo do bem ou produto, o financiamento cobra esse juros por ter cedido a você o direito à aquisição em relação ao tempo.

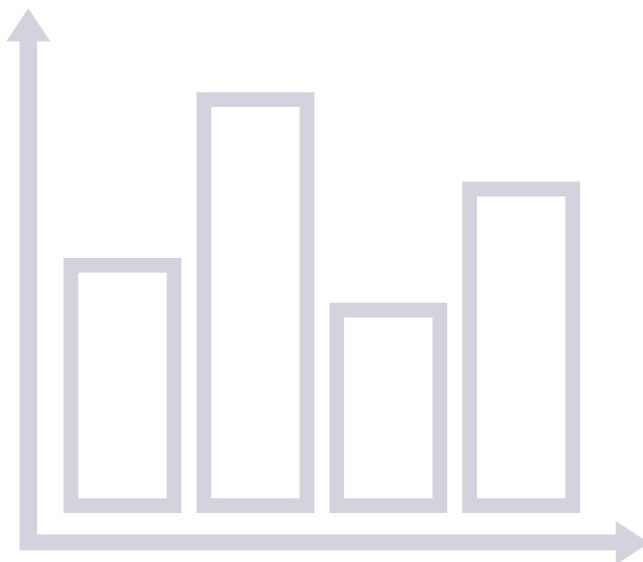
Qual a diferença entre taxa de câmbio e taxa de juros?

Taxas de juros e taxas de câmbio são dois dos conceitos mais poderosos para a saúde econômica e o crescimento de um país. As taxas de juros representam o custo dos fundos emprestados em uma economia, enquanto as taxas de câmbio representam o custo de

uma moeda em termos de outra moeda. Ambos os fatores são influenciados pela política de monitoramento de um país: importações e exportações, demanda e oferta de uma determinada moeda, políticas e planos econômicos, bem como fatores políticos.



Os níveis de taxas de juros representam as políticas econômicas de um país. Se é preciso reduzir a inflação, os juros aumentam. Para estimular a expansão e o crescimento econômico, as taxas de juros são reduzidas. Ou seja, um país interessado em promover o crescimento econômico reduzirá as taxas de juros para induzir as empresas a emprestar mais, investir mais, expandir mais e criar mais empregos. Um país interessado em reduzir a inflação aumentará as taxas de juros para que os indivíduos economizem mais e emprestem menos, resultando em redução da oferta monetária na economia.



Unsplash - Josh Appel

Significando alguns termos e nomenclaturas financeiros

A Educação Financeira voltada para a tomada de decisões autônomas envolve a compreensão da linguagem do mundo financeiro. Dessa forma, alguns termos e nomenclaturas específicos desta área precisam ser entendidos. Dentre eles, podemos destacar:

TERMO	SIGNIFICADO
A prazo	Pagamento em data posterior à compra
À vista	Pagamento no ato, imediatamente
Alíquota	É um percentual aplicado sobre uma base de cálculo para determinar o valor de um tributo ou imposto a ser pago.
Amortização	Uma dívida normalmente é composta de duas partes: o principal e os juros. Amortização é o pagamento do principal, o que efetivamente reduz a dívida
Anuidade	É uma tarifa ou despesa que se paga por ano para ter acesso a determinado produto ou serviço
Aplicação	É a colocação do dinheiro poupado em algum tipo de investimento (caderneta de poupança, fundos de investimento, ações, previdência privada etc.)
Aval	É um tipo de exigência feita pelos credores (financiadores) para conceder um empréstimo ou financiamento

TERMO	SIGNIFICADO
Beneficiário	É quem vai receber o valor cobrado em um boleto
Bloqueio	É a proibição de funcionamento do cartão de crédito ou débito por motivo de controle e segurança
Boleto de cobrança	É um documento de cobrança que permite o pagamento de um valor devido, em função de uma compra ou prestação de serviço
Cadastro positivo	Informar as instituições sobre bons pagadores, que pagam suas obrigações em dia (no vencimento, sem atraso)
Carnê	É um bloco com os boletos para pagamento das prestações de uma compra parcelada
Carta de crédito	É um documento emitido por uma instituição financeira afirmando que seu portador possui um crédito disponível no valor nele especificado
Cartão de crédito/ Cartão de débito	É um meio de pagamento, normalmente sob a forma de um cartão de plástico, utilizado na aquisição de produtos ou serviços
CCF	Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos
CDB - Certifica- do de Depósito Bancário	É um título, como um cheque, emitido por bancos e colocado à disposição dos clientes como uma opção de investimento
CET - Custo Efetivo Total	É uma informação percentual que diz quanto, efetivamente, custa um empréstimo ou financiamento, incluindo não só os juros, mas também tarifas, impostos e outros encargos cobrados do cliente
Cheque	É uma ordem de pagamento à vista e vale a quantia em dinheiro nela escrita
Cheque especial	É um tipo de empréstimo pré-aprovado para o cliente de uma instituição financeira
Cheque pré-datado	É o cheque utilizado para o pagamento de compras a prazo
Consórcio	É a reunião de pessoas ou empresas em grupos organizados por uma administradora de consórcio, com o objetivo de juntar seus recursos financeiros para financiar, aos seus próprios membros, a aquisição de bens ou serviços
Conta de poupança	É um tipo de investimento criado com o objetivo de estimular a economia popular
Crédito consigna- do/Empréstimo consignado	É um tipo de empréstimo cujas prestações caem direto na folha de pagamento
Credor	Pessoa ou instituição que concede crédito, isto é, que empresta dinheiro ou faz venda por meio de carnê
Débito	De uma forma geral, significa dívida
Despesa	Gasto de todo tipo, fixo ou variável, alto ou baixo, com produtos ou com serviços
Dívida	É a obrigação de pagar algum valor

TERMO	SIGNIFICADO
Empréstimo	É o mecanismo utilizado para ter disponível, no presente, uma quantia em dinheiro que só se conseguiria alcançar no futuro, fazendo poupança
Financiamento	É um crédito que a pessoa obtém para comprar um bem, como uma casa, um carro, um eletrodoméstico
Fundo de investimento	É um tipo de investimento que junta o dinheiro de várias pessoas para fazer aplicações em opções de investimento que exigem um volume de recursos que alguém sozinho dificilmente teria
Hipoteca	É um tipo de garantia de pagamento de uma dívida, geralmente baseada em um bem imóvel
Inadimplência	Ocorre quando uma pessoa ou empresa não faz o pagamento de uma obrigação financeira até a data de vencimento combinada
Inflação	É o aumento contínuo e generalizado do preço dos bens e serviços
Investimento	É a aplicação do dinheiro poupado em algo que possa trazer um ganho financeiro ou rendimento
IOF	É um imposto federal cobrado nas operações financeiras de crédito, de câmbio, de seguro e de títulos e valores imobiliários
Lançamentos futuros	São receitas ou despesas que serão creditadas ou debitadas em uma conta corrente em algum momento futuro
Linha de crédito	São recursos que uma instituição financeira se compromete a emprestar a pessoas ou empresas
Margem consignável	É o valor máximo que pode ser descontado do salário, pensão, aposentadoria ou outra renda para o pagamento de prestações de empréstimos consignados
Multa	É uma penalidade cobrada de quem deixa de cumprir alguma regra prevista em lei ou contrato, como a data acordada para o pagamento de uma prestação
Negativado	É a pessoa que tem o nome incluído em cadastros de maus pagadores, como a <i>Serasa</i> e o <i>Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC)</i>
No azul	A pessoa fica no azul ou tem <i>superávit</i> quando gasta menos do que ganha, isto é, quando tem despesas menores que suas receitas
No vermelho	A pessoa fica no vermelho ou tem <i>déficit</i> quando gasta mais do que ganha, isto é, quando tem despesas maiores que suas receitas
Orçamento familiar	É o conjunto de todas as receitas e despesas da família: salários, horas extras, prêmios e outros ganhos de todos os membros formarão a receita da família
Pacote de serviços	É uma combinação de diferentes quantidades de serviços bancários (saques, extratos, transferências, cheques e outros) que o cliente pode usar por mês
Pagamento mínimo	É o valor mínimo que o cliente pode pagar de uma fatura de cartão de crédito
Parcelado	Comprar um produto ou serviço de forma parcelada equivale a dividir o pagamento em partes, em prestações

TERMO	SIGNIFICADO
Perfil do investidor	É uma espécie de classificação que mede o grau de risco que uma pessoa pode aceitar em seus investimentos
Renda bruta	É o rendimento total recebido por uma pessoa (salário, pensão, aposentadoria, benefícios)
Renda líquida	É o rendimento que a pessoa recebe efetivamente em mãos ou em conta no banco, já livre de abatimentos e descontos, como impostos e outros encargos
Restrição cadastral	Ocorre quando alguma conta ou outra obrigação não é paga e é lançada pelo credor em cadastros de maus pagadores
Saldo devedor	É o valor que falta ser pago de uma dívida
Saldo disponível	É o valor total à disposição do cliente em sua conta corrente, que inclui tanto o dinheiro que ele tem depositado nela quanto o limite de cheque especial pré-aprovado pelo banco
Senha	É uma combinação de números e/ou letras que o cliente cadastra no banco e que deverá digitar para autorizar transações financeiras utilizando cartões de crédito ou de débito, caixas automáticos, <i>internet</i> e telefone
Serasa	Funciona como um banco de dados de maus pagadores no Brasil
SCPC - Serviço Central de Proteção ao Crédito	Lista com nome e dados de devedores com dívidas ou prestações em atraso no Brasil
TR - Taxa Referencial	Significa taxa de juros de referência. É uma taxa calculada pelo <i>Banco Central do Brasil</i> e utilizada para determinar o rendimento de investimentos, como a caderneta de poupança e a correção de financiamentos imobiliários

Referências bibliográficas

A história do dinheiro. Blog Foxbit. Disponível em: <<https://foxbit.com.br/blog/a-historia-do-dinheiro/>>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

Banco Central do Brasil (BCB) - Saiba para que serve o Bacen. Toro Investimentos Blog. Disponível em: <<https://blog.toroinvestimentos.com.br/banco-central-do-brasil-bcb-bacen>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/organization/about/banco-central>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fcomposicao%2Fcomposicao.asp>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estrutura do Banco Central. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/estruturabc>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

Breve História da Moeda. Cadernos BCV - Série Educação Financeira. Disponível em: <<https://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/Publicacoes%20e%20Intervencoes/Cadernos%20de%20Educacao%20Financeira/caderno01.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

CNC: Percentual de endividados aumenta em agosto e é o maior em seis anos. Disponível em: <<http://cnc.org.br/editorias/economia/noticias/percentual-de-endividados-aumenta-em-agosto-e-e-o-maior-em-seis-anos>>. Acesso em: 27 de outubro de 2020. de fevereiro de 2021.



CONGO, Mariana. Taxa de câmbio: entenda como ela funciona. Disponível em: <<https://blog.magnetis.com.br/taxa-de-cambio/>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento/ Yttrio Corrêa da Costa Neto. Brasília.: Banco Central do Brasil, 2004. 156p.

Diferença entre taxa de câmbio e taxa de juros 2020. Es diferente. Disponível em: <<https://pt.esdiferent.com/difference-between-exchange-rate-and-interest-rate>>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

Entenda como funciona o mercado de ações e a bolsa de valores. InfoMoney. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/mercado-de-acoes/>>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

História do Sistema Financeiro Nacional. Kerdna Produção Editorial. Disponível em: <<https://www.kerdna.com.br/negocios-e-economia/sistema-financeiro-nacional/730-historia-do-sistema-financeiro-nacional.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2021.

KAISER, Tim and Menkhoff, Lukas, Does Financial Education Impact Financial Literacy and Financial Behavior, and If so, When? (Maio 2017). DIW Berlin Discussion Paper No. 1562, Disponível em SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=2753510>> ou <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2753510>>

JURO. Dicionário online Michaelis. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/juro/>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

NASCIMENTO, Danilo. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional: aprenda para seu concurso! Disponível em: <<https://segredosdeconcurso.com.br/sistema-financeiro-nacional/>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

O que é o dinheiro. Cadernos BCV - Série Educação Financeira. Disponível em: <<http://www.bi.cv/upl/%7B90e4daab-068f-4b1f-9e18-8fbfb04cd90f%7D.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

OLIVEIRA, Malena. O que é taxa de juros? Entenda como ela funciona nos investimentos. Disponível em: <<https://blog.magnetis.com.br/taxa-de-juros/>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

Orientação Positiva: A importância da Educação Financeira na formação do indivíduo. Disponível em: <<http://www.orientacaopositiva.com.br/site/p/A12SDF4RT/a-importancia-da-educacao-financeira-na-formacao-do-individuo>>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

Origem do dinheiro. Casa da moeda do Brasil. Disponível em: <<https://www.casadamoeda.gov.br/portal/socio-ambiental/cultural/origem-do-dinheiro.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

Uma breve história sobre o dinheiro e o sistema monetário. EscolaCripto. Disponível em: <<https://escolacripto.com.br/uma-breve-historia-sobre-o-dinheiro-e-o-sistema-monetario/>>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda. 2007. 51 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.



Conteúdo protegido - Proibida a reprodução sem créditos ao Instituto Brasil Solidário
para fotos ou contextos de projetos apresentados



Instituto
**BRASIL
SOLIDÁRIO**

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO - IBS
www.brasilsolidario.org.br